

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Bárbara da Costa Rodrigues

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA: Dilemas e
embates no contexto brasileiro**

UBERLÂNDIA
2021

BÁRBARA DA COSTA RODRIGUES

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA: Dilemas e embates no contexto brasileiro

Trabalho apresentado à disciplina TCC-2 do curso de Educação Física da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia - FAEFI da Universidade Federal de Uberlândia, como avaliação final da disciplina e requisito final para a conclusão de curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Gislene Alves do Amaral

UBERLÂNDIA
2021

Bárbara da Costa Rodrigues

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA: Dilemas e embates no contexto brasileiro

Trabalho apresentado à disciplina TCC-2 do curso de Educação Física da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia - FAEFI da Universidade Federal de Uberlândia, como avaliação final da disciplina e requisito final para a conclusão de curso.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Gislene Alves do Amaral

Aprovado em: 08/06/2021 pela banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Gislene Alves do Amaral (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Marina Ferreira de Souza Antunes – UFU

Prof.^o Dr.^o Eduardo Henrique Rosa Santos – UFU

RESUMO

O estudo sobre os dilemas e embates que circundam a regulamentação da profissão vão além de um processo histórico-social construído apenas na área da Educação Física, tais questões são trazidas desde os primórdios do sistema capitalista e das relações de trabalho construídas nas fábricas. O objetivo deste trabalho é apresentar através de uma revisão bibliográfica os processos pelos quais a formação inicial e o meio profissional está inserido atualmente, fazendo uma contextualização histórica com os demais acontecimentos antagônicos do passado. Por meio de uma pesquisa bibliográfica com artigos já existentes e os sites das demais entidades representativas, pode-se concluir que na formação inicial pouco se discute tais temáticas, abrindo brecha para diversas interpretações da prática profissional e das atividades da graduação realizadas nos espaços não-formais.

Palavras-chave: Formação em Educação Física; Mundo do trabalho, mercantilização da atividade física e Movimento Nacional contra a Regulamentação.

ABSTRACT

The study of the dilemmas and clashes surrounding the regulation of the progression goes beyond a historical-social process built only in the area of Physical Education, such issues are brought up from the beginnings of the capitalist system and the labor relations built in factories. The objective of this work is to present through a bibliographic review the processes by which the initial formation and the professional environment is inserted today, making a historical contextualization with the other antagonistic events of the past. Through a bibliographical research with existing articles and the websites of other representative entities, it can be concluded that in initial training little is discussed such themes, opening a gap for various interpretations of professional practice and undergraduate activities carried out in that non-formal.

Keywords: Physical Education Training; World of work, commodification of physical activity and The National Movement against Regulation.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	PERCURSO METODOLÓGICO	10
3.	REFLEXÕES SOBRE O “MUNDO DO TRABALHO” E A EDUCAÇÃO ..	12
4.	A ATIVIDADE FÍSICA COMO MERCADORIA: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO	15
5.	A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO E O ANTAGONISMO DO MNCR	21
6.	DILEMAS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL: AS DCN E OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	25
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
8.	REFERÊNCIAS	33
9.	APÊNDICES	37

1. INTRODUÇÃO

Minha trajetória discente esteve significativamente marcada pelas experiências com atividades desenvolvidas fora do contexto dos componentes curriculares obrigatórios, tais como disciplinas, projetos e trabalhos no âmbito da Extensão Universitária, Monitorias e outros, de acordo com a proposta curricular do curso de Educação Física. A aproximação com as questões que envolvem a temática escolhida para o trabalho de conclusão do curso se deu a partir de questionamentos que surgiram no contexto dos Estágios não obrigatórios, que são reconhecidos e autorizados pela coordenação do curso, mas não se constituem componentes curriculares obrigatórios.

Neste contexto, seja em função da minha vivência nesses espaços, sejam também por relatos de colegas, percebi que em inúmeras situações as tarefas executadas pelos estagiários em espaços não formais, como clubes, academias ou escolas de esportes, não se distinguiam e até iam além do que faziam/fazem profissionais formados na área. Como por exemplo, a extensa carga horária a ser cumprida, a montagem de planilhas de treinamento para os alunos de determinadas academias, assim como também as demais formas de acompanhamento dos mesmos.

Essa percepção contribuiu para reforçar algumas inquietações que já se faziam presentes, desde o início do curso, em relação ao aproveitamento da presença de estagiários nas empresas que operam o “mercado da atividade física” como mão de obra. Além disso, ao cursar a disciplina “Temas Atuais em Educação Física e Esportes”, participei da elaboração de um trabalho de revisão sobre o tema: “A Atuação de Organizações Profissionais e Científicas da Área da Educação Física, Esportes e afins”, que foi fundamental para a construção dessa pesquisa. Nesse estudo identificamos a existência de polêmicas importantes em relação ao contexto em que se deu o processo da regulamentação profissional da Educação Física, as quais estiveram presentes na atuação de organizações e entidades científicas, bem como de movimentos sociais que atuam e influenciam as perspectivas de compreensão sobre as possibilidades de atuação nessa área.

Esta é, portanto, a origem do meu interesse em refletir sobre aspectos da formação e dos campos de atuação de profissionais da Educação Física, por meio de fundamentação de cunho científico, aprofundando as análises iniciais e buscando superar a percepção individual e superficial, baseada unicamente nas minhas próprias experiências. Conhecer sobre o processo

histórico da regulamentação profissional trouxe elementos importantes para entender um pouco mais sobre as diferentes concepções de formação e de atuação profissional da Educação Física, especialmente quanto sobre as diferenciações que essa formação foi tendo em relação aos espaços de trabalho. Portanto, tendo como mote a existência de campos em disputa no cenário científico e político da área, desejamos aprofundar a compreensão sobre este processo, identificando a origem dos dilemas e das polêmicas em torno dessas concepções, de forma a construir uma visão crítica sobre o modelo de organização da área e seus impactos no mundo do trabalho. Com isso, esperamos ser possível produzir nova compreensão sobre as questões que envolvem a organização do trabalho em Educação Física.

Apesar de estarmos num curso que concede, ao final da graduação, certificação tanto em licenciatura quanto em bacharelado, foram poucas as oportunidades que tivemos para refletir, de forma sistemática, sobre a organização do mundo do trabalho dos profissionais que atuam no âmbito não formal. Já em relação à atuação na escola, algumas disciplinas como: Política e gestão da Educação, História da Educação, Histórica da Educação Física, tratam de diversos temas afeitos a esse campo de atuação. Nesse sentido, o desenvolvimento deste estudo pode contribuir para estimular o debate entre os discentes quanto às inúmeras dúvidas que são recorrentes entre os mesmos e que, quase sempre, aparecem mais ao final do curso, quando muitos já se encontram inseridos em espaços de trabalho, seja como estagiários, ou mesmo como contratados.

A partir do trabalho sobre “A Atuação de Organizações Profissionais e Científicas da Área da Educação Física, Esportes e afins”, demos continuidade com a pesquisa bibliográfica e documental, ampliando a busca por novas referências. Para a exposição dos nossos achados, optamos pela organização de 4 (quatro) temáticas que perpassam a maioria das produções que tratam do processo de regulamentação, da formação inicial e do mundo do trabalho, trazendo também o diálogo com outras áreas do conhecimento que fundamentam as análises dos/as autores/as lidos. São elas:

- **Reflexões sobre formação e mundo do trabalho:** Para discutirmos relações de trabalho e contextualizar o cenário inicial, é importante e relevante destacarmos os processos históricos que culminaram a mercantilização da atividade física no geral.

Nessa temática foi exposta como os meios de produção dentro de um contexto capitalista, deram origem a uma complexa dinâmica social que

influenciou também nas relações educacionais. O nascimento da escola moderna está diretamente ligada com o surgimento das fábricas, a educação agora universalizada fomenta discussões, tornando-se essencial para o movimento capitalista.

• **A atividade física como mercadoria: Implicações na formação:** Com o crescimento do sistema capitalista no Brasil, houve também um crescimento deliberado das atividades físicas. Discursos advindos do desporto e da promoção de saúde contribuem fortemente para a mercantilização da mesma.

Nesse novo cenário, a atividade física deixa de ser um direito e passa a ser relacionada como produto. Sendo ignorada cada vez mais pelo Estado, as práticas passaram a ser desenvolvidas em espaços não formais. Com isso, houve a desvalorização da Educação Física escolar e a promoção do mercado fitness.

Através dessas questões, surgiram vários questionamentos com relação a área, dentre eles, o principal culminou na regulamentação da profissão.

• **A regulamentação da profissão e o antagonismo MNCR:** Devido à expansão da atividade física em mercadoria, diversos fatores impulsionaram a regulamentação da profissão. No entanto, o principal deles foi o crescente interesse de um mercado, no qual se desenvolveram, não apenas novas formas de expressão da atividade física, como também de exploração do trabalho de professores de Educação Física.

A partir da aprovação da Lei 9696/98, fundaram-se algumas entidades com fins de fiscalização, a partir disso, associações e organizações também surgiram.

Com isso, houve também uma segregação dos grupos pró regulamentação e os contra a regulamentação. Os discursos a serem defendidos por ambos os grupos apresentam vertentes antagônicas de pensamento.

O Movimento Nacional Contra a Regulamentação (MNCR) é o grande expoente desse momento, opondo-se radicalmente à Regulamentação da profissão, contrapondo-se inclusive ao CONFEF (Conselho Nacional de Educação Física) em termos também jurídicos.

- **Dilemas no campo da formação e da atuação profissional: as DCN e os Estágios Supervisionados:** Essa temática traz consigo a discussão dos currículos e criação do curso de Bacharelado através de críticas advindas do currículo de Licenciatura Plena, neste contexto destacamos também a importância dos fóruns levantados pelo CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte).

E em como, essas questões são dispostas atualmente nos cursos de formação inicial em Educação Física. Incluindo os Estágios supervisionados e a inserção precoce sem acompanhamento devido aos estudantes no mercado de trabalho.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Como já foi dito na introdução, este trabalho consiste na continuidade do estudo bibliográfico realizado anteriormente, o qual teve como recorte a questão da atuação das entidades de representação profissional e científica da área da Educação Física no Brasil. Para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, identificamos a necessidade de compreender melhor a dinâmica de uma pesquisa de caráter bibliográfico, buscando superar os limites encontrados na primeira experiência, uma vez que ao longo da minha trajetória discente tive pouca experiência com esse tipo de estudo.

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem "uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente", pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta "uma carga histórica" e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23). Trata-se de um processo que pressupõe a indagação e a (re)construção da realidade, não apenas como algo idealizado, mas como uma apropriação, por meio da atividade intelectual, das dimensões da realidade que escapam à nossa compreensão imediata. Portanto, a pesquisa vincula pensamento e ação já que "nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática" (MINAYO, 2001, p. 17).

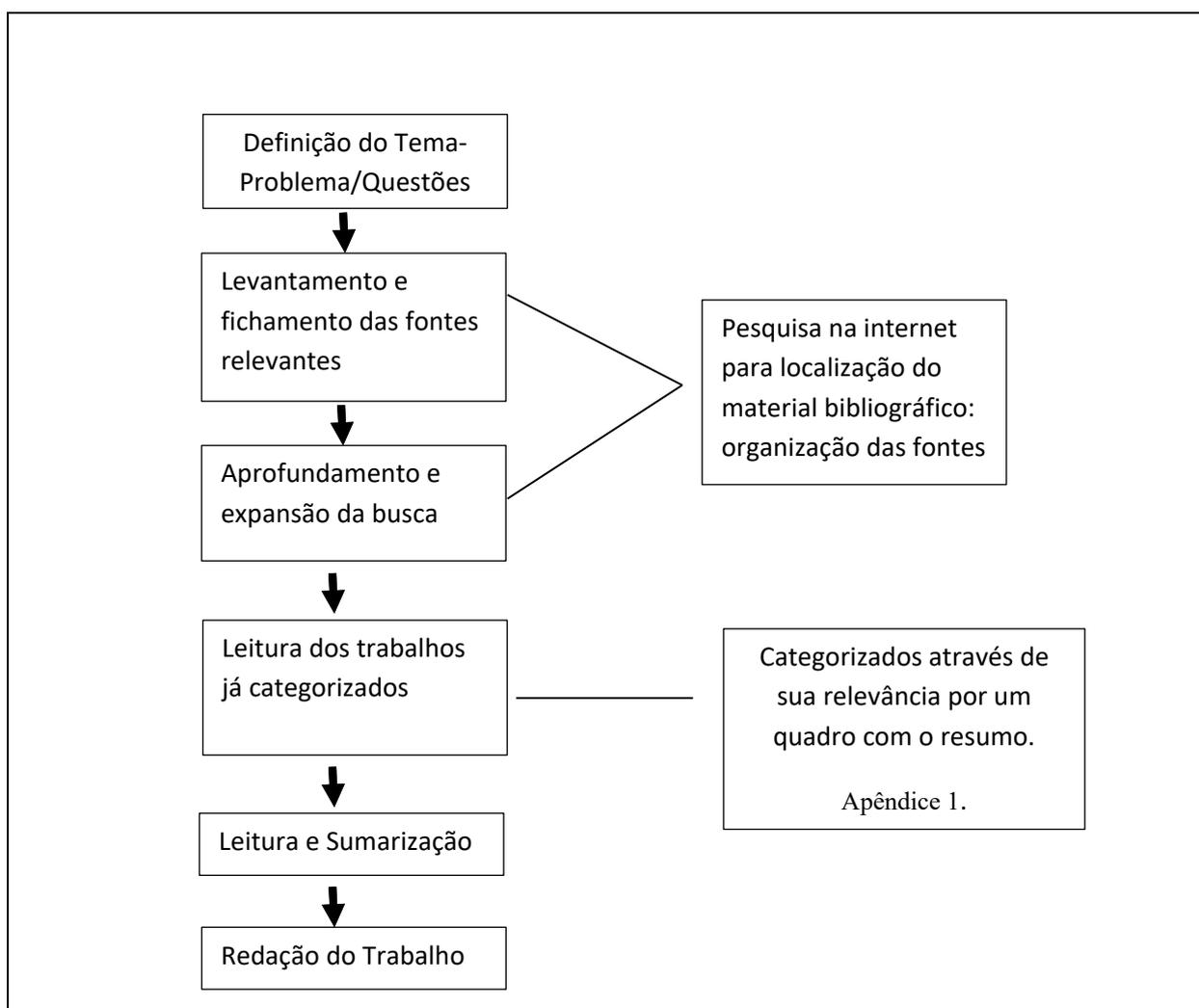
A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. É também indispensável nos estudos

históricos, ou mesmo para investigar a produção científica e os registros teóricos sobre fenômenos que já ocorreram, têm consequências no presente, e podem ser analisados quanto a perspectivas futuras. (GIL, 2008).

Em relação aos procedimentos de análise, a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. (MAANEN, 1979^a, p. 520).

Nesta pesquisa, a organização das fontes para a categorização temática não seguiu um percurso prévio, mas foi sendo definida na medida em que as leituras permitiam destacar algum aspecto que devesse ser colocado em evidência.

Quadro 1. Esquematização organizacional do processo metodológico para o levantamento bibliográfico:



Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Sobre as fontes bibliográficas selecionadas para este estudo, o caminho metodológico se constituiu de diversas “idas e vindas”, tendo como ponto de partida o trabalho realizado na disciplina Temas Atuais em Educação Física/Esportes, o qual não apenas motivou a escolha do tema para o TCC, como também serviu de referência para a continuidade da pesquisa, no sentido do aprofundamento e ampliação da análise. Apresentamos, na sequência, o diálogo com a literatura, resultado do processo de busca nas fontes documentais e bibliográficas disponíveis e que foi organizado nos quatro recortes temáticos definidos a partir da nossa compreensão das questões postas pelos/as autores/as estudados.

3. REFLEXÕES SOBRE O “MUNDO DO TRABALHO” E A EDUCAÇÃO

As discussões sobre o chamado “mundo do trabalho” remetem, necessariamente, à necessidade de buscar na área das ciências sociais e humanas referências para fundamentar uma leitura crítica sobre os mesmos. Compreender as questões políticas, sociais e econômicas que envolvem as relações entre mercado e formação no contexto brasileiro, não é uma tarefa fácil e exige esse diálogo com outros campos do conhecimento que, nem sempre, são de fácil assimilação e exigem um tempo maior para um entendimento das concepções contemporâneas sobre esse tema.

Na produção da Educação Física encontramos algumas publicações sobre formação e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, refletindo sobre como isso se deu ao longo do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Silva e Brito (2016) realizaram pesquisa bibliográfica em que buscaram artigos sobre a inter-relação “mudanças no mundo do trabalho e implicações para a educação física” nos periódicos da área, tendo como recorte temporal 1980 a 2000. Nos 11 artigos encontrados em sua pesquisa, os autores tratam das “particularidades sociais, políticas e econômicas das mudanças contemporâneas no mundo do trabalho” no contexto do capitalismo e as consequências, nos planos político, social e econômico, para as classes trabalhadoras, em termos de direitos sociais e condições de trabalho.

As análises trazidas pelos autores estudados por Silva e Brito (2016) mostram que a história da formação e do trabalho em Educação Física, seja no espaço público ou privado, devem ser entendidas dentro da lógica do sistema capitalista. Os autores tratam de questões como crise estrutural do capital, globalização, neoliberalismo, reordenamento do trabalho, enfim, temas que exigem articulações entre diferentes conhecimentos da sociologia, da

filosofia, da economia, da ciência política e outras. Dentro dos limites desse estudo e como uma primeira aproximação a essas problemáticas, trataremos aqui de uma breve contextualização sobre como o mundo do trabalho se configurou dentro do modo de produção capitalista, considerando o cenário brasileiro, e como a escola surge como instituição que deve dar conta da formação dos trabalhadores para essa determinada ordem social.

De acordo com Moraes (2007) é preciso entender que os modelos de produção chamados Fordismo e Toyotismo representam a ideologia do capitalismo no decorrer do século XX, quando houve um aceleração no desenvolvimento com o avanço de técnicas científicas de organização do trabalho, atreladas ao desenvolvimento tecnológico. O autor mostra como esse modelo foi influenciado por ideias como de Ford (1967), apud Moraes (2007), que defendia a competitividade, dizia que “o espírito de competição leva à frente o homem dotado de qualidades” e, a seu ver, dentro de uma fábrica não havia espaço para amizades. O mesmo afirmava que o trabalho repetitivo não era prejudicial ao homem, além de que a inteligência não era um fator que diferenciava no processo de seleção de suas empresas. Além disto, seu modelo de reprodução era utilitarista, onde impunha que todo homem deveria se habilitar para o trabalho, mas de forma meramente técnica, reduzida a uma tarefa no processo de produção das mercadorias. A organização da produção deveria ser extremamente especializada e exigia disciplina severa dentro da fábrica.

Para certa classe de homens, o trabalho repetido, ou a reprodução contínua de uma operação que não varia nunca, constitui uma perspectiva horrível. A mim que causa horror. Ser-me-ia impossível fazer todos os dias a mesma coisa; entretanto para outros – posso dizer a maioria, este gênero de trabalho não tem nada de desagradável. Com efeito, para certos temperamentos a obrigação de pensar é que é apavorante. Com efeito, para certos temperamentos a obrigação de pensar é que é apavorante. O ideal para eles corresponde ao serviço onde o cérebro não trabalhe. O tipo médio de operário, com tristeza o digo, evita o trabalho que requer os dois esforços juntos. Não querem pensar. (FORD, 1967, p.80 apud MORAES, 2007).

No entanto, assim que modo de produção fordista se solidificou e a produtividade consequentemente aumentou, houve uma quantidade enorme de desemprego. No final da década de 1960 e início da década de 1970 o desemprego era eminente devido ao excesso de produtividade (MORAES, 2007).

Com isso, foi sendo idealizado um novo modelo, estabelecido no Japão, um país totalmente destruído pela guerra, que precisava se reerguer e para o qual o Fordismo já não se mostrava mais tão eficiente. “Nessas condições nasce o sistema produtivo próprio do Japão, que, conforme o caso, recebe o nome de métodos flexíveis, just-in-time, método Kankan ou

toyotismo, já que a Toyota foi a primeira a empregá-lo”. (GOUNET, 2002, p. 25). Este modelo novo pareceu ser de imediato uma alternativa clara à crise que o fordismo apresentava e também à crise estrutural do capital.

Dessa forma, estudar a emergência do Sistema Toyota de Produção significa refletir também sobre uma “nova linguagem gerencial global”, uma nova forma de gestão da força de trabalho e de apropriação da subjetividade humana. (GOMES E SILVA, 2001, p. 222).

Moraes (2007) explica que o sistema Toyotista era basicamente um aprimoramento do sistema Taylorista-Fordista, no entanto, era visto como “modelo flexível”, pois rompia com o modo de produção em massa, valorizando a eficiência do trabalho ao invés da quantidade. Esses modelos de produção tiveram êxito, do ponto de vista dos objetivos capitalistas, pois contribuíram em grande escala para o desenvolvimento do capitalismo no mundo todo, acentuando a acumulação de riqueza mas, consigo trouxeram também rotinas exaustivas, com novas formas de precarização do trabalho humano que continuou sendo a principal forma de aumento da produção e geração de mais lucros.

A relação entre o funcionamento do capitalismo e a educação, segundo Manacorda (1995) apud Moraes (2007), se dá desde a origem. Fábrica e escola moderna nascem juntas. A educação, nas sociedades capitalistas, é responsável por significativas mudanças para o mundo do trabalho, superando características que tinha desde a Antiguidade e dando a essa atividade humana um caráter de “utilidade”, como afirma Saviani (1994, p.2) “não meramente ornamental, mas decisivo para o desenvolvimento econômico (...) isto é, considera-se que a educação potencializa o trabalho”.

Segundo Aranha (1989), podemos considerar que foram os movimentos de universalização da escola e as novas exigências da qualificação da mão-de-obra advindas dos modelos de produção que colocaram a burguesia em ascensão, aumentando o seu poder político. Contudo, a escolarização das massas também se tornou uma encruzilhada, pois não seria aceitável para a burguesia uma formação humana crítica, esclarecida sobre os problemas da vida social e do próprio mundo do trabalho. Isto poderia resultar numa revolução. Portanto, embora universal, a educação não poderia ter um teor crítico, e ao invés de emancipadora, passa a ser mais um intensificador de desigualdade social, “[...] acentua-se o dualismo escolar, que consiste no fato de existir uma escola para a elite e outra para o seguimento popular operário”. (ARANHA,1989, p.160).

De acordo com Saviani (1994) apud Manacorda (1995) a educação assume uma tarefa social relevante, produzindo um laço fundamental entre trabalho e educação fundamental, devendo ser direcionada para a formação de um novo tipo de trabalhador. A educação se tornou fundamental para o funcionamento e desenvolvimento do sistema capitalista “não apenas ideologicamente, mas também economicamente, enquanto qualificadora de mão-de-obra (força de trabalho)” (SAVIANI, 1994, p. 02).

Na construção de uma linha histórica epistemológica é necessário fazer uma ressalva ao processo de ordenamento do mundo do trabalho, entendemos que, a inserção da escola nos modelos de produção trouxeram diversas implicações no nosso contexto social e econômico. Com a necessidade de ter qualificação de mão-de-obra especializada, a educação se torna fundamental no sistema capitalista, além de que, através da universalização das escolas, foi possível o controle e alienação em massa.

A partir desses apontamentos sobre as relações entre capitalismo, escola e mundo do trabalho, devemos chamar atenção para sua importância também para pensarmos sobre os campos de atuação na Educação Física. Seja na escola, seja no campo “não formal” como clubes, academias, esporte, lazer e outros, a atuação profissional se dá sob as influências do sistema capitalista e as formas como se organizam as relações sociais neste sistema.

4. A ATIVIDADE FÍSICA COMO MERCADORIA: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO

Assim como qualquer outra produção humana, o campo da Educação Física, seja visto pelo viés da atividade física, da saúde ou performance, seja pelo da dimensão educativa ou filosófico-pedagógica, sofreu/sofre influências dos contextos sociais, que refletem a forma como se desenvolveu o capitalismo em cada momento histórico, considerando as particularidades de cada país.

Buscando apreender o impacto do desenvolvimento desse modelo de sociedade no contexto brasileiro, e as implicações para a formação e atuação profissional em Educação Física destacamos aqui o processo de mercantilização da atividade física. Para isso, trazemos as

contribuições de alguns autores da área que apresentam reflexões sobre os processos históricos recentes que determinaram mudanças na formação e atuação profissional na área, especialmente nos espaços não escolares.

Nosaki (2005) apresenta contribuições importantes sobre como as mudanças no mundo do trabalho (que é uma expressão que ele apresenta como antagônica à ideologia do “mercado de trabalho” capitalista) impactaram a formação humana e geraram consequências para a Educação Física. Segundo o autor, podemos perceber na história do capitalismo brasileiro como que na década de 30 no Estado Novo, foi determinante, na passagem da sociedade a agroexportadora para a industrial no País, o crescimento da necessidade de se forjar um determinado tipo homem disciplinado, não só para o trabalho, mas para servir à defesa do país. É nesse contexto que a Educação Física, como componente curricular, veio a tomar corpo. (NOSAKI, 2005).

Castellani Filho (1988), em sua pesquisa denominada “Educação física no Brasil: a história que não se conta” também mostra a relação entre os problemas sociais e econômicos do país e o desenvolvimento da produção teórica e da intervenção na Educação Física. Na década de 60, em função de uma tentativa de inserção internacionalizada do Brasil, o esporte se tornou uma das dimensões privilegiadas para uma propaganda ideológica, buscando uma equiparação do desenvolvimento cultural ao desenvolvimento econômico. Isso fez com que a atividade esportiva passasse a ser tratada na Educação Física como único conteúdo possível.

Silva e Brito (2016) destacam como as mudanças no modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro seguiram as tendências mundiais e, nos anos 1970, com o surgimento e fortificação da doutrina neoliberal, os problemas decorrentes da crise econômica, foram enfrentados com uma política de liberalização e desregulação financeira. Apoiando-se nos estudos de Silva (1997), afirmam que o mercado torna-se o grande regulador das necessidades humanas. A partir da década de 1980 houve, juntamente com o crescimento expansivo do capitalismo, o crescimento deliberado das atividades físicas, advindas da mercantilização do desporto e do discurso da promoção de saúde por meio da prática de exercícios físicos. Isso influenciou não só no mercado esportivo, mas também nas escolas públicas, na abertura de espaços não formais e no “espetáculo” esportivo (SILVA e BRITO, 2016).

Nos países capitalistas a atividade esportiva/física tende a ser um privilégio, uma mercadoria bastante valorizada, produtora de status social e geradora de diversão ou

entretenimento. Nesse contexto, as classes trabalhadoras não se veem beneficiadas em sua grande maioria com o acesso à atividade esportiva/física (FARIA JUNIOR, 1997).

Como mercadorias a serem consumidas e como fonte de lucro, as atividades físicas ou os esportes voltados para a educação ou para a promoção de saúde e lazer vão sendo gradativamente ignorados pelo Estado, comprometendo o aporte de verbas destinadas a toda a população. Sendo assim, cada vez mais, essa prática tende a crescer nos espaços não formais e a ter alterações nas práticas da Educação Física escolar, principalmente no que se diz respeito a valorização, pois foi sendo considerada desnecessária para a formação humana, frente é claro, às necessidades do capital.

De acordo com Nunes (2007, p. 8), “deixa de ser um direito para se tornar mercadoria” [...] que pode ser consumida mesmo fora dos muros da escola [...] em academias, clubes, escolinhas de esporte e demais espaços possíveis de compra e venda de atividades físicas.” Nada mais é que retirar a obrigação do Estado de investir nos serviços de cunho básico a toda população e acaba delegando aos cidadãos a responsabilidade de adquiri-los por meio do comércio.

Portanto, com as transformações no mundo do trabalho decorrentes desse processo que foi aqui apresentado resumidamente, houve um reordenamento do lugar e do papel do professor de Educação Física, anteriormente inserido em contextos formais, assalariado, agora tendo que assumir o trabalho não formal na lógica da prestação de bens e serviços (NOZAKI, 1999).

Assim, a formação em Educação Física tem sofrido um movimento de reordenação. A partir de um discurso corrente do empreendedorismo, sua formação profissional tem passado, desde a década de 80 e mais fortemente na década de 90, por uma grande orientação para o campo não escolar. O discurso ligado ao empreendedorismo apontou o assim chamado mercado emergente das práticas corporais, sobretudo o das atividades físicas, como o mais promissor para gerir a precarização do trabalho docente. (NOZAKI, 2005, p. 23)

O crescimento de um mercado das atividades físicas, juntamente com a defesa desta prática pela ilusão da “saúde” e, ao mesmo tempo, a desvalorização do profissional inserido na escola, embalou o ingresso dos professores em espaços não formais. Sendo assim, a desvalorização da disciplina de Educação Física no âmbito escolar e a mercantilização da prática de atividades físicas ampliou principalmente o mercado do fitness (QUELHAS, 2011).

Esse crescimento resultou em uma série de questões pertinentes aos interessados na área, o que culminou com diversas mudanças, dentre elas a regulamentação profissional e também a fragmentação na formação inicial (COIMBRA, 2010).

Com a ampliação do campo de intervenção profissional do professor de Educação Física e com as alterações nas regras trabalhistas, no Brasil, esses profissionais foram se adequando a empregos precários, muitas vezes terceirizados. A hipótese é que o mercado de trabalho organizado foi se reduzindo em relação ao aumento do mercado de trabalho não organizado, característica da política neoliberal vivenciada no Brasil. (SCHERER, 2005).

Nesse contexto, configuram-se dois movimentos para garantir o campo de intervenção profissional do professor de Educação Física na sociedade. O primeiro foi o de construir diretrizes curriculares para um novo curso de formação superior que abarcasse todas as possibilidades das novas demandas criadas e que habilitasse os professores de Educação Física a intervir nos diversos mercados de trabalho existentes. (SCHERER, 2005).

De acordo com Trottier (1998) apud Scherer (2005), a formação é um dos aspectos relevantes para a constituição de uma profissão ou ofício.

O segundo movimento esteve ligado à luta pela regulamentação do profissional de Educação Física, no Brasil. (SCHERER, 2005).

Em decorrência da inclusão do curso de bacharelado, muitos currículos que tinham como proposta o bacharelado e a licenciatura, acabavam propondo uma formação de “dois em um”, mantinha-se a mesma estrutura anterior à Resolução 03/87, entretanto, conferindo os dois títulos em formação, isso se deu devido a um contexto de empregabilidade. (FARIA JUNIOR, 1987).

“Foram pouco exploradas as abordagens sobre as relações entre profissionalismo, Estado e sociedade, principalmente, no meio investigativo do papel que as profissões desempenharam, para além dos benefícios próprios.” (FARIA JUNIOR, 1999, p. 315).

Levando-se em conta o novo modelo de formação humana para o mundo do trabalho imposto pela globalização, percebemos a clara importância de algumas disciplinas escolares estratégicas para a formação das competências necessárias para o enquadramento do trabalhador. (NOSAKI, 2005).

A Educação Física tem sofrido vários ataques no âmbito das políticas públicas educacionais. Dessa forma, não se torna mais central para a demanda atual de formação do trabalhador para o capital, que precisa de um conteúdo no campo cognitivo e interacional. Na proporção em que a Educação Física parece não atuar para a formação de competências, não se torna central na escola, sob um ponto de vista imediato, como historicamente se colocou. (NOSAKI, 2005).

A Educação Física tem sofrido com descaso no interior da escola, como também sobre a legislação a ela pertinente, como a dúvida obrigatoriedade, quando da formulação da Lei nº 9.394/96 (nova LDB), agora retificada, e a desobrigatoriedade no ensino noturno. (NOSAKI, 2005).

Inseridos no contexto de mercantilização da atividade física, diversas entidades e organizações são fundadas afins de apoiar e estimular os trabalhos técnicos e científicos da área. Dentre elas, podemos citar a Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde – SBAFS, criada em 16 de Novembro de 2007. (SBAFS, 2007)

A sociedade congrega estudantes, profissionais e pesquisadores de diversas áreas de formação com interesse no campo da atividade física e saúde, atuando na promoção de congressos, elaboração de documentos de posicionamento sobre temas relevantes, apoio e desenvolvimento do campo científico, entre outros. (SBAFS, 2007)

Questões como a própria nomenclatura da profissão são discutidas até os dias atuais nos Conselhos Regionais, de acordo com o Art. 3º da Lei que regulamenta a profissão Nº 9.696:

“Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.” (LEI, 9.696)

De acordo com algumas reportagens e informes publicados pelos sites dos Conselhos Nacional e Regionais, o termo correto é Profissional de Educação Física devido ao termo empregado pela Lei Nº 9.696.

Tendo vista essa problemática, alguns questionamentos se fazem necessários: professores ou profissionais?

Segundo Scherer (2005) apud (Altet (2001, p.26),

Definimos o professor profissional como uma pessoa autônoma, dotada de competências específicas e especializadas que repousam sobre uma base de conhecimentos racionais, reconhecidos, oriundos da ciência, legitimados pela Universidade, ou de conhecimentos explicitados, oriundos da prática.

Scherer (2005) apud Charlier (2001, p. 85) afirma:

Os professores tornam-se verdadeiros profissionais, orientados para a resolução de problemas, autônomos na transposição didática e na escolha de estratégias, capazes de trabalhar em sinergia no âmbito de estabelecimentos e de equipes pedagógicas, organizados para gerir sua formação contínua – é a profissionalização.

Para Scherer (2005) apud Paquay e Wagner (2001, p. 140),

Na maior parte dos países ocidentais, o ofício de professor tende a ser considerado como uma “profissão” [...] um profissional realiza autonomamente atos intelectuais não rotineiros que envolvem sua responsabilidade. Sua arte e suas técnicas são adquiridas através de uma longa formação. Além disso, os professores geralmente formam um organismo oficial (ou corporativo), que assegura, entre outras coisas, o respeito a um código de ética.

De acordo Scherer (2005) apud Tardif e Gauthier (2001, p. 200),

Consideramos simplesmente que os professores são profissionais dotados de razão, como todos os outros profissionais; pensamos que eles fazem julgamentos, tomam decisões nesses sistemas de ação complexos que são a sala de aula e a escola, que eles se comportam geralmente de acordo com regras e que sua conduta é dirigida por pensamentos, julgamentos e decisões baseados em certas exigências de racionalidade.

Todas as áreas do conhecimento sofreram mudanças como consequências oriundas do mundo capitalista, para a Educação Física não foi diferente. Através dessas inferências, o desporto tornou-se uma mercadoria valiosa, causando impacto e reordenamento em todo sistema trabalhista da Educação Física.

Neste contexto, como vista em forma de mercadoria, a atividade física tornou-se privilégio de alguns, fazendo com que o Estado deixasse cada vez mais de lado suas obrigações com a população. Este pode ser considerado um dos fatores que gerou uma desvalorização do professor nas escolas e favoreceu a abertura dos espaços “não-formais”, destinados à venda de produtos relacionados com o campo da atividade física e desportiva.

Duas grandes problemáticas decorrentes desse contexto foram as mudanças no currículo de formação inicial, que colocou em evidências, ainda mais, as disputas na área; e também o movimento no âmbito do legislativo visando a consolidação do processo de regulamentação da profissão. A ideia de promoção da “saúde” como mercadoria colocou em evidência a abertura e expansão do mercado fitness.

5. A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO E O ANTAGONISMO DO MNCR

Houve diversos fatores que impulsionaram a regulamentação da profissão, no entanto, foi em função dos interesses do mercado em ascensão que a regulamentação da profissão Educação Física e a criação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e dos Conselhos Regionais (CREF) se materializaram por meio da lei 9696/984, de 1º de Setembro de 1998, para fins de garantir a este profissional exclusividade de atuação na área em questão. A partir da aprovação da lei, foram fundadas algumas entidades afins de fiscalização em geral, juntamente com isso, associações e organizações também (COIMBRA, 2010).

Estas mudanças no mundo do trabalho provocaram transformações no campo político, social e econômico, gerando um novo cenário de atuação e formação dos profissionais da área e também a discussão de movimentos já existentes que só ganharam força com a regulamentação (SILVA e BRITO, 2016).

Em 1988, a Lei 9.696 criou o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e em 8 de novembro desse mesmo ano foi realizada assembleia para eleição dos primeiros membros. Conduzida pelo Prof. Edison Cardoso, foram convocadas a participar as Instituições de Ensino Superior e as Associações Profissionais de Educação Física.

O Conselho Profissional é, segundo a legislação brasileira, uma instância máxima deliberativa, normativa, de julgamento e executiva do sistema nacional, dotado de capacidade de regulamentação da Lei que o instituiu. Nesse sentido, torna-se um dispositivo de delegação social, na medida em que reúne as representações de todos os segmentos profissionais de área.

O CONFEF tem como missão garantir à sociedade que o direito constitucional de ser atendida na área de atividades físicas e esportivas seja exercido por profissionais de Educação Física. De acordo com seu Estatuto:

O Profissional de Educação Física é especialista em atividades físicas, nas suas diversas manifestações – ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios e atividades laborais e do cotidiano e outras práticas corporais, sendo de sua competência prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, entre outros (CONFEF, 2010, Art. 9º).

O sistema de regulamentação é composto também pelos Conselhos Regionais de Educação Física (CREF), cuja atribuição mais importante é orientar os profissionais da

Educação Física, de modo que eles possam exercer sua profissão com um alto grau de excelência, trabalhar pela defesa dos seus direitos e pelos direitos das academias e clubes, sempre dentro da legalidade. Através destes sistemas de fiscalização, empresas e profissionais que prestam serviços na área da atividade física são regularmente fiscalizados com a obrigação de cumprir o que determina a Lei Federal 9696/98. O que se espera desse tipo de fiscalização é que haja um ganho qualitativo para o mercado de trabalho e para a sociedade, que passaria a contar com profissionais realmente capacitados a contribuir para a construção de uma melhor qualidade de vida (CONFEEF, 2010).

O processo de regulamentação da profissão enfrentou, e ainda enfrenta, resistências. Diversos autores contestaram esse movimento a partir de diferentes olhares. Sautchuck (2002 e 2005), analisou a regulamentação com ênfase nos discursos políticos, articulando os discursos de convencimento acerca da regulamentação, entendendo esse processo como resultado direto do jogo político entre agentes situados no campo da educação física (EF) brasileira. Para esse autor, a regulamentação não definiu a formação em Educação Física, a mesma já existia, o processo como um todo só alavancou a problemática de dois grupos segregados, aqueles que eram pró regulamentação, e os contra a regulamentação (SAUTCHUCK, 2002).

O discurso pró regulamentação defendeu a criação de instituições, definindo previamente o corpo social destinado a mesma, trata-se de ressignificar uma diferença que já existia – os que possuíam diploma e os que não possuíam diploma em EF. Desde os discursos até a sua fundamentação estas duas categorias. Para a compreensão dessas duas classes, vale ressaltar a substituição do termo *professor* por *profissional* de Educação Física. Além disso, uma das principais justificativas para a regulamentação, assim como, a criação do Conselho é a “defesa da sociedade” (SAUTCHUCK, 2002).

Coimbra (2010) analisa como as articulações entre o sistema CONFEEF/CREF, a ACAD (Associação das Academias do Brasil) e o SINDACAD (Sindicato dos proprietários das academias de ginástica), foram importantes na defesa dos interesses do empresariado que esses organismos representam. Segundo a autora, foi no contexto dos anos de 1990 que a burguesia do setor do fitness começou a se organizar, criando seus instrumentos coletivos de luta. Ao defenderem a regulamentação da profissão, esses grupos sociais argumentavam que esta seria uma forma de resguardo aos trabalhadores da Educação Física, que sofriam com os tempos de neoliberalismo e relações de trabalho desregulada.

Entretanto, conforme destaca Coimbra (2010),

Outro ponto que merece destaque na análise das relações entre conselhos profissionais e o trabalho do profissional que teve sua profissão regulamentada é a CLT, que regulamenta as leis trabalhistas no Brasil. Esse código estipula que os trabalhadores cujas profissões são regulamentadas podem ser funcionários contratados por empresas, como profissionais autônomos, liberais ou prestadores de serviço, sabemos que esses elementos são facetas das relações de trabalho altamente precarizada. (p. 65)

Por sua vez, o Movimento Nacional Contra a Regulamentação opõe-se frontalmente à Regulamentação da profissão, e procura se contrapor no plano legal contra o CONFEF através de ações jurídicas como, por exemplo, retirar a exigência de registro por parte de professores do ensino escolar. Nesta mesma linha de pensamento, grupos que atuavam em atividades como: dança, capoeira e artes marciais procuram juridicamente um meio para escapar da fiscalização (SAUTCHUK, 2005).

Uma contradição curiosa seria o Art. 2º, III, da Lei 9.696/98 que garante que, mesmo não sendo diplomados, os que até a data de vigência (01/10/1998), tivessem comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física teriam o direito de exercer a profissão, em termos estabelecidos pelo CONFEF (SAUTCHUK, 2005).

O Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) veio amadurecendo desde as primeiras discussões críticas apresentadas ao PL 330/95. (CASTELLANI FILHO, 1996). Apoiado sempre nas discussões promovidas pelo Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), e por algumas Secretarias Estaduais do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), surgiu no XX Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física (ENEEF), em agosto de 1999, em Recife. (CASTELLANI FILHO, 1996).

O MNCR deveria partir dos seguintes princípios:

- a) Ser contrário à Tese da Regulamentação da Profissão, entendendo-a como uma tese fragmentária e corporativista, portanto, ser também contrário a qualquer tentativa de disputa eleitoral em qualquer instância dos Conselhos, seja ele Federal ou Regional;
- b) Construir um Movimento de caráter amplo, com o conjunto da categoria dos professores, bem como dos estudantes e trabalhadores de um modo geral, tomando-o de âmbito nacional. (MNCR, 1999).

A problemática do MNCR não se encerra com a revogação da Lei 9696/98, mas, é especialmente, uma problemática voltada contra o próprio sistema capitalista, que impõe exclusão e alienação do trabalho. (ALMEIDA, 2002).

“Certos de que é preciso somar esforços para lutar, diariamente, contra a sociedade do mercado (que põe sempre o lucro/dinheiro a frente das pessoas) e a favor de uma sociedade mais JUSTA, onde a dignidade não seja tratada com moeda de troca e onde todos os bens socialmente produzidos e historicamente acumulados (entre eles a Educação Física & Esportes) seja de acesso a todo e qualquer cidadão é que afirmamos: NÃO A TODO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO! Lutamos pela defesa dos direitos e conquistas da classe trabalhadora. LUTAMOS PELA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO de forma a garantir a todo trabalhador (empregado ou não) direitos básicos como: Estabilidade, Férias, Salário e Aposentadoria dignos, etc.” (MNCR, 1999).

Para o MNCR é evidente que o CONFEF defende mecanismos que assegurem e ampliam os interesses capitalistas na área de lucros e mais valia, ocorre atuação de forma severa com ameaças:

[...] obrigando os mesmos a se inscreverem, utilizando a tática do constrangimento no estabelecimento de ensino e ameaçavam os já inscritos que deixarem de pagar as anuidades por descontentamento e/ou dificuldades financeiras (inclusive o Cref 10 envia carta aos professores afirmando que os mesmos terão seus nomes incluídos no SERASA), caso não quitem seus “débitos” (MNCR/ExNEEF, 2008).

Neste contexto, a educação se iguala a mercadoria, um bem de consumo à venda. Em se tratando da Educação Física, a adoção das leis de mercado representada pelo sistema CONFEF/CREF é um instrumento corporativista que não combina com a luta dos trabalhadores no geral, além de que o sistema atua de forma antidemocrática, os professores e afiliados não participam dos processos. (PAES, MOTA et al, 2011).

Em consequência do reordenamento do mundo do trabalho e dos interesses do mercado capitalista, surge no Brasil dois movimentos antagônicos, essas mudanças provocaram transformações políticas, sociais e econômicas. Movimentos Nacionais Contra a Regulamentação (MNCR) já eram existentes, com a materialização da Lei 9696/984 de 1º de Setembro de 1998, o movimento só ganhou mais força e se consolidou como grupo mais coeso para nessa contraposição ao sistema. O MNCR foi apoiado sempre nas discussões do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) e também pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Juntamente com a criação da Lei, destacamos também a criação do principal órgão de instância máxima deliberativa, normativa, de julgamento e executiva do sistema nacional da

profissão, o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF). A atribuição mais importante do Conselho é fiscalizar e orientar os profissionais.

6. DILEMAS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL: AS DCN E OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

O profissional formado em Educação Física trabalha com diversos campos de atividades, geralmente segregados por espaços formais e não formais, é uma questão de muito debate o fato da separação da graduação em Licenciatura e Bacharelado proposta pelo CONFEF. Essa divisão é encarada pelos críticos como sendo pautada unicamente pela lógica do “mercado”, desqualificando a formação com a fragmentação do conhecimento, já que a mesma delimita os espaços de atuação profissional. (VERONEZ, et al, 2013).

O desencadeamento deste processo se dá devido a uma parcela da comunidade acadêmica inspirada pelas demandas de mercado iniciou um debate acerca das limitações da legislação. Levando a ideia de que o curso em Licenciatura Plena impunha a formação do trabalhador em Educação Física. Nesta perspectiva:

[...] a criação do bacharelado foi, fundamentalmente, uma resposta aos argumentos de que a formação do licenciado não vinha atendendo ao desenvolvimento as qualificações e das competências necessárias à intervenção do profissional nos diversos campos de trabalho não-escolar (KUNZ et al., 1998, p.38).

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) também organizou um fórum para discutir a formação do profissional de Educação Física, o mesmo propôs uma organização multidisciplinar, reconhecendo que:

[...] ser imperiosa a incorporação da compreensão do caráter multidisciplinar que caracteriza a formação e intervenção do Profissional de Educação Física, como também da identificação da necessidade da presença de conhecimentos originários tanto no campo das Ciências Biológicas/Saúde como no das Ciências Humanas/Sociais, das Ciências Físicas, da Filosofia e das Artes na corporificação da totalidade do processo formativo do profissional (COLÉGIO, 2002, p.1).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Educação Física foram elaboradas em contexto de disputa por concepções de vários âmbitos, sendo eles legislativos, sociais, e estudantis. No final de 2003, o Conselho Nacional de Educação (CNE) convocou uma audiência pública para apresentar o suposto consenso estabelecido em torno das diretrizes curriculares. No entanto, o que sabemos até hoje é que as diretrizes são embasadas em interesses de grupamentos específicos, tanto de interesses próprios da área, quanto de interesses externos.

O que nos leva a varias contradições ainda existentes acerca da temática (VERONEZ, et al, 2013).

A divisão dos currículos em Licenciatura e Bacharelado é uma proposta defendida pelo CONFEF, pautada pela exclusiva lógica das demandas de mercado, com a finalidade de garantir o controle sobre os trabalhadores pelas exigências de registro. Antes da separação, a formação inicial tinha apenas o curso de Licenciatura Plena. Tendo em vista tais debates, as DCN em Educação Física (DCNEF) de 2004 (Resolução o CNE/CP 02/2002 – e 2004) foram criadas num contexto de muitos embates entre concepções legislativas, sociais e estudantis.

Taffarel e Lacks (2005), lembram que em março de 1998 o Conselho Nacional de Educação nomeou uma primeira comissão para tratar das DCNEF, que convocou a comunidade acadêmica e profissional para participar de uma reformulação dos cursos de graduação. A proposta desta comissão extinguiu as duas titulações, de licenciado e bacharel e propunha formação única com aprofundamentos em campos de aplicação profissional, visando a atender às diferenças manifestações da "cultura do movimento" da sociedade, considerando as características regionais, de mercado, relacionadas com o campo de atuação profissional.

Em 2001 assume uma segunda comissão, vinculada ao CONFEF, que convoca a comunidade acadêmica para revisar as diretrizes elaboradas pela primeira comissão de especialistas. O argumento para essa revisão, apresentado pelo próprio conselho era de que não fazia sentido uma graduação que permitisse a intervenção tanto na área forma quanto não formal, já que as diretrizes para formação de professores estariam indicando que todas as áreas deveriam ter dois cursos específicos, um para a licenciatura e outro para o bacharelado. (TAFFAREL e LACKS, 2005)

Após inúmeras polêmicas e disputas que envolveram diversos grupos e instituições, depois de três anos, em 29 de janeiro de 2004, a segunda comissão de especialistas apresentou ao Conselho Nacional de Educação o seu trabalho, mantendo a divisão da formação, a concepção de competências e o entendimento do objeto da Educação Física como o movimento humano.

Para Gomes, Chagas e Mascarenhas (2010) as DCNEF reduzem o objeto de estudo de Educação Física do movimento humano para adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável como ideologia que esconde questões relacionadas à saúde e à qualidade de vida. O

mercado do fitness constrói um corpo transnacional e o coloca em movimento, pois somente o corpo em movimento pode fazer parte desse mercado.

Em outra perspectiva as DCEF, portanto, impulsionam a formação de professores de Educação Física como empreendedores de si mesmos, moldados à necessidade de tratar as práticas corporais como mercadoria comercializável do mercado de produtos e serviços do fitness. Uma variedade de novos empregos precários que funcionam como válvulas de escapes ou diques de contenção social. (CRUZ et al, 2019).

Nessas novas diretrizes, a Educação Física foi entendida como um campo que desenvolve serviços especializados para a sociedade com bases em técnicas, procedimentos e habilidades que lhe são peculiares, de maneira que os cursos de formação em Educação Física devem ser constituídos de um espaço privilegiado de produção e socialização do conhecimento. (CRUZ et al, 2019, p. 232)

Ainda que o discurso propagado pelas DCNEF seja o da construção coletiva e participativa dos atores sociais da área, pode-se inferir que, os interesses dos professores de Educação Física não foram contemplados nessas diretrizes, visto que não contextualiza o seu percurso histórico, bem como não apresentam os fatos que se constatarem determinantes na compreensão dos elementos que marcam a conjuntura da formação em Educação Física. (CRUZ et al, 2019)

Após 9 (nove) anos de vigência da Resolução o CNE/CP 02/2002 – e 2004, novamente a área passou por um processo de reformulação de suas diretrizes, tendo sido aprovada a resolução CNE/CES Nº 6 em 18 de dezembro de 2018. Com essa nova resolução algumas implicações na formação inicial e em algumas definições são importantes. Abaixo salientamos pontos importantes na discussão e elaboração deste trabalho:

Cap. 1 – Art. 3º: A Educação Física é uma área de conhecimento e intervenção profissional que tem como objetivo de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas, e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer. (DCN, 2018).

Cap. 1 – Art. 5º: Dada a necessária articulação entre os conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do graduado em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, e desdobrar-se-á em duas etapas conforme descrição a seguir: (DCN, 2018).

I – Etapa Comum: Núcleo de estudos da formação geral, identificados da área de Educação Física, a ser desenvolvido em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, comuns a ambas formações; (DCN, 2018).

II – Etapa Específica: Formação específica a ser desenvolvida em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, na qual os graduandos terão acesso aos conhecimentos específicos das opções tanto em bacharelado ou licenciatura. (DCN, 2018).

De acordo com a Etapa Específica para a formação em Licenciatura, será de formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética no magistério, ou seja, na docência do componente curricular Educação Física, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação da área. (DCN, 2018)

O Bacharel em Educação Física terá formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética em todos os campos de intervenção profissional de Educação Física. (DCN, 2018)

A formação em Bacharelado deverá contemplar os seguintes eixos articuladores:

I – Saúde;

II – Esporte;

III – Cultura e Lazer;

O Estágio Supervisionado é um componente curricular de formação acadêmica e/ou técnica para profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. Tem como objetivo proporcionar o conhecimento da realidade sócio-econômico-cultural e política do país, além de favorecer a relação teórico-prática e permite que o aluno experiencie situações concretas, relacionadas a sua futura profissão. (Lei 11.788, 2008)

Partindo de algumas reflexões, o lugar do Estágio Supervisionado no Curso de Graduação em Educação Física assume um caráter fundamental, como espaço de construção de referências técnico-filosófico-pedagógicas que permitem ao futuro graduado aproximar-se da realidade educacional no sentido de entendê-la à luz da complexidade que lhe é característica. (Lei 11.788, 2008)

Propõe-se, portanto, a distribuição da carga horaria total em cinco períodos, a partir da segunda metade do curso, conforme exigência legal, dividida entre os momentos necessários

de permanência no espaço de atuação e de orientação acadêmica na Universidade. (Lei 11.788, 2008)

Cabe aqui salientar que o processo de busca da compreensão da lógica de funcionamento, organização, políticas públicas e privadas pertinentes a cada um desses espaços, deverão ser levantadas e discutidas, possibilitando assim, ao aluno-graduado, agente desse ES, o desenvolvimento de sua capacidade de reflexão, visão crítica e, principalmente, a possibilidade de intervenção e transformação dessa realidade, obviamente, tem como paradigma uma situação ideal, que contemple os interesses da maioria daqueles envolvidos no processo. (Lei 11.788, 2008).

No campo da atuação profissional e da formação inicial encontramos inúmeros dilemas, dentre eles: Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e os Estágios Supervisionados. A principal discussão faz-se devido aos diversos campos de atividades que os profissionais em Educação Física trabalham, a segregação dos espaços formais e não formais são campos de muito debate até hoje, isso influenciou nas diversas mudanças dos currículos de formação inicial.

Em 25 de Setembro de 2008 foi criada a Lei Nº 11.788, que “Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

De acordo com o artigo 1º

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Certamente os Estágios Supervisionados cumprem um papel muito importante na formação inicial, sendo considerado a conviver com o cotidiano institucional, possibilitando a observação da dinâmica que envolve o profissional em serviço, seja na escola ou nos diversos espaços de atuação no âmbito dos Esportes, da atividade física, do lazer. Entretanto,

entendemos que o próprio processo de disputa em torno das concepções de formação, ao longo da história da Educação Física no Brasil, tem consequências na forma como são organizados os estágios. No caso da licenciatura, o espaço de inserção dos estudantes está bem definido por seu um só o campo de atuação, a escola, seja pública ou privada. Já no caso do bacharelado, existe uma grande diversificação das possibilidades de realização dos estágios, porém existem barreiras para que a experiência de estágio dos estudantes seja também diversificada.

Como a legislação prevê a realização do estágio obrigatório e não obrigatório, podendo este último seja remunerado, ocorre que, em muitos casos, os estudantes buscam, especialmente nos períodos finais do curso, a realização de estágios não obrigatórios remunerados, como alternativa para auxiliar na sua própria manutenção. Nestes casos, o que se vê é um distanciamento entre a realização do estágio e a própria formação, ficando o processo de supervisão profissional reduzido ou quase inexistente. Isso acaba reforçando uma visão entre os estudantes de que o campo não formal seja mais viável para a atuação profissional, já que podem começar a trabalhar antes mesmo da conclusão do curso, o que não pode ser feito na licenciatura.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho bibliográfico abriu novos horizontes para entender os movimentos contraditórios no percurso de construção histórico-social da Educação Física. Esses movimentos tiveram consequências para o mundo do trabalho e também para a formação inicial, as quais não são fáceis de serem percebidas e deveriam ser melhor estudadas ao longo do curso de graduação.

O sistema organizacional das entidades e organizações representativas, assim como, os embates nas discussões acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) são pouco abordadas durante a graduação, limitando nossa compreensão crítica sobre o que ocorre imediatamente e nos afeta no mundo do trabalho. Associando a ideia do nascimento da escola, onde a educação trouxe um papel fundamental no ensino das massas para as fábricas, trazendo cada vez mais mão-de-obra especializada, no entanto, sem formação humana crítica.

Percebemos que, na graduação em Educação Física, seria necessário um maior investimento na compreensão dos aspectos reflexivos de sua história. Porém, um meio de garantir a alienação dos estudantes e o funcionamento das entidades máximas sem grandes intervenções.

Baseada em algumas experiências pessoais, a fiscalização e orientação dos Conselhos Federais e Regionais não cumprem tão pouco com sua obrigação legislativa, normativa concebida através da Lei 9.696/98, o discurso de formação dos Conselhos traz consigo a ideia de que com eles haveria um ganho qualitativo para o mercado de trabalho e para a sociedade, e que passaríamos a contar apenas com profissionais capacitados a contribuir para a construção de uma melhor qualidade de vida, palavras disponibilizadas inclusive na página da Internet do próprio Conselho Federal, e atualizada em 2010. O que evidentemente não vemos na prática, academias não regulamentadas, profissionais trabalhando exaustivas cargas horárias, e estagiários que de acordo com a Lei Nº 11.788, deveriam fazer a permanência no local de atuação, porém com suporte e orientação acadêmica, seja na Universidade nos Estágios Obrigatórios, seja nos clubes e academias nos Estágios não Obrigatórios.

As consequências da segregação de opiniões vão além das manifestações pró/contra regulamentação, transcendem também para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), com diversas intervenções do CONFEF e também de fóruns propostos pelo CBCE, as mesmas foram

criadas através de concepções diferenciadas, porém, sabemos que as diretrizes são embasadas em interesses específicos, até mesmo com a criação do curso de bacharelado com o discurso da promoção de saúde e da abertura do expansivo mercado fitness. Mas será que, de fato, essa expansão corresponde a maior inserção dos egressos nesse mercado?

A nova resolução CNE/CES Nº 6 de 18 de Dezembro de 2018, transporta inferências para a formação inicial, a formação do graduando em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto a licenciatura, desdobrando-se em: Etapa Comum e Etapa Específica.

As mudanças de currículos de formação inicial não culminaram apenas em discussões e debates nacionais e de cunho legislativo, mas também foi tema de debates importantes dentro da própria graduação. A Universidade Federal de Uberlândia – UFU não suportou todas as mudanças de currículos nos últimos anos, assim como, a criação de diversos projetos políticos pedagógicos.

Concluo que, os debates sobre este tema deveriam ser abordado de forma mais realista e presente durante a graduação, fazendo com que os estudantes analisem e discutam diversas situações presentes no cotidiano mundo do trabalho, assim como o papel real dos estagiários, as condições de trabalho dos profissionais formados, os estágios obrigatórios nas escolas e nos espaços “não formais”. Compreendendo então, o seu espaço no mundo do trabalho e garantindo também uma formação inicial crítica.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. Uberlândia é a 2º cidade de MG em números de estabelecimentos prestadores de atividades físicas. G1 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, abr 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/uberlandia-e-a-2-cidade-de-mg-em-numeros-de-estabelecimentos-prestadores-de-atividade-fisica.ghtml>>. Acesso em: 03 nov 2019.

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo, Moderna, 1989.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA (APEF). História. Disponível em: <<https://www.crefsc.org.br/criada-a-associacao-dos-profissionais-de-educacao-fisica-de-cacador/>>. Acesso em 25 set 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 9.696, de 1º de Setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Diário Oficial da União**, Brasília, set. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Dispõe sobre estágio de estudantes e alteração do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, set, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 6, de 18 de Dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, dez, 2018.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 18. ed. Campinas: Papirus, 1988.

COIMBRA, T. C. O reordenamento do trabalho do professor de Educação Física. **Revista da Educação Física/ UEM**, Maringá, 2010.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (CBCE). Fórum sobre formação profissional de Educação Física brasileira: documento síntese. Campinas, 2 de março de 2002. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br>>. Acesso em: 17 ago 2019.

_____. História. Campinas, 2002. Disponível em <<http://www.cbce.org.br/historia.php>>. Acesso em: 17 ago 2019.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). Estatuto do Conselho Federal de Educação Física – Confef. Publicado no DO. nº 237 , Seção 1, págs. 137 a 143, 13/12/2010. Disponível em: <<https://www.confef.org.br/confef/conteudo/471>>. Acesso em: 23 set 2019.

_____. História: Regulamentação da Educação Física no Brasil. Disponível em: <<https://www.confef.org.br/confef/conteudo/16>>. Acesso em: 23 set 2019.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CREF). Jornais, revistas, Estatuto e História. Disponível em: <<https://www.cref6.org.br/>>. Acesso em: 03 nov 2019.

CRUZ, M. M.S.; REIS, N.S.; CARVALHO,S.C.S.; MEDEIROS, A.G.A. Formação profissional em educação física: história, avanços, limites e desafios. **Caderno de Educação Física e Esporte**. Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 1, p. 1-9, 2019.

FARIA JÚNIOR, A. G. EDUCAÇÃO FÍSICA: Globalização e Profissionalização – uma crítica à perspectiva neoliberal. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 10, p. 44-60, jan. 1997.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da Pesquisa científica**. Fortaleza, Universidade Estadual de Ceará, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2007.

_____. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GOMES, I. R.; CHAGAS, R. A.; MASCARENHAS, F. A indústria do fitness, a mercantilização das práticas e o trabalho do professor de Educação Física: o caso Body Systems: **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 169-89, 2010.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

KUNZ, E. et al. Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativas - proposições - argumentações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 20, n. 1, set., 1998.

MAANEN, J. V. Recuperando métodos qualitativos para pesquisa organizacional: a preface. **Administrative Science Quaterly**, v. 24, n. 4, pp. 539-550, dez. 1979.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**, 4. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, p. 09-30, Vozes, 2001,

MORAES, L. C. G. O. O impacto do Toyotismo sobre educação e trabalho no capitalismo mundializado. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO. **Anais**, Salvador, 2007.

NOZAKI, H. T. **Mundo do trabalho, formação de professores e conselhos profissionais**. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005.

_____. **O mundo do trabalho e o reordenamento da educação física brasileira**. Revista da Educação Física, 1999.

NUNES, F. S. **Dispensa nas aulas de Educação Física no Ensino Médio: Legalidade e legitimidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

QUELHAS, A. Profissional de Educação Física no segmento fitness: reflexões a partir da categoria trabalho. **Motrivivência**, Juíz de Fora, v. 23, n. 36, p. 75 – 93, jun. 2011.

RODRIGUES, M. A. Quatro diferentes visões sobre o estágio supervisionado. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 1009-1034, dez. 2013 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000400011&lng=pt&nrm=iso. acesso em 25 out. 2020.

SAUTCHUK, C. E. **Regulamentação**. In: F. J. González e P.E. Fernstersefer (Orgs). Dicionário crítico de educação física. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. Jogando com símbolos: Notas para uma antropologia da regulamentação da profissão de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 23, n. 2, jan. 2002.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, Autores associados, 2010.

_____. **O Trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias.** In: Novas tecnologias, trabalho e educação. Petrópolis, Vozes, 1994.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10. ed. São Paulo, Autores associados, 2008.

SCHERER, A. **Educação Física e os mercados de trabalho no Brasil: quem somos, onde estamos e para onde vamos?**. Formação profissional em educação física e mundo do trabalho / Zenólia Christina Campos Figueiredo organizadora. – [S.I.: s.n.], 2005. (Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana) 266 p.; 16cm. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

SILVA, B. F., BRITO, E. S. Mudanças no mundo do trabalho e implicações para Educação Física: análise da produção científica. **EFD Esportes. com. Revista Digital.** Buenos Aires, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE (SBAFS). **Histórico.** Trindade, Florianópolis. Disponível em: < <https://sbafs.org.br/#> > Acesso em: 12 mar 2021.

VERONEZ, L. F. C., LEMOS, L. M., MORSCHBACHER, M., BOTH, V. J. Diretrizes curriculares da Educação Física: reformismo e subordinação ao mercado no processo de formação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Brasília**, v. 35, n. 4, p. 809-823, 2013.

9. APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Tabela resumo com as principais referências utilizadas no trabalho:

Título	Autore(a)s	Objetivo	Destaque
Uberlândia é a 2ª cidade de MG em números de estabelecimentos prestadores de atividades físicas	ALMEIDA, B.	Noticiar para a população que a cidade é a segunda do estado a ter mais estabelecimentos para AF.	(Notícia)
As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar	ALTET, M.	Apresentar as competências do professor sob a perspectiva de professores entrevistados na pesquisa.	Ação de saber analisar para ensinar; ensino-aprendizagem e observação para educação.
Filosofia da educação	ARANHA, M. L. A.	Fundamentar a filosofia da educação na formação de professores.	É importante conhecer e analisar a filosofia da educação para o saber ensinar; obra presente nas formações de magistério.
As estruturas sociais da economia	BOURDIEU, P.	Apresentar os conceitos criados para análise das estruturas sociais da economia e romper com os padrões atuais;	Constantemente utilizado para conceituar principalmente o <i>habitus</i> .
Educação Física no Brasil: a história que não se conta	CASTELLANI FILHO, L.	Gerar reflexões e mudanças na prática da EF no Brasil através de críticas e pensamentos;	Proposição de uma prática transformada na EF.
O reordenamento do trabalho do professor de Educação Física	COIMBRA, T. C.	Entender o processo das organizações empresariais e relacionar, entre si, no que diz respeito ao âmbito fitness.	As relações são assertivas entre os órgãos mais elitizados em relação ao fitness em nosso país (CONFED/CREF, a ACAD, SINDACAC)
Formação Profissional em Educação Física:	CRUZ, M. M.S.; REIS, N.S.;	Analisar a evolução teórico/metodológica e epistemológica do	Sugere que os objetivos e as propostas

história, avanços, limites e desafios	CARVALHO,S.C.S.; MEDEIROS, A.G.A.	ensino e da formação docente em Educação Física no Brasil.	educacionais em Educação Física foram se modificando ao longo dos anos, apesar disso, todas essas tendências influenciam ainda a formação do profissional e da prática pedagógica do professor de Educação Física.
EDUCAÇÃO FÍSICA: Globalização e Profissionalização – uma crítica à perspectiva neoliberal	FARIA JUNIOR, A. G.	Discutir sobre a transformação da educação física em uma profissão liberal e a criação de conselhos, cursos, bacharelados, mudança curriculares e regulamentação.	Discorre as consequências que a globalização e o neoliberalismo causam na Educação Física.
A indústria do Fitness, a mercantilização das práticas corporais e o trabalho do professor de Educação Física: o caso Body Systems	GOMES, I. R.; CHAGAS, R. A.; MASCARENHAS, F.	Análise dos processos de gestão e tendências de inovação inerentes ao desenvolvimento da “Indústria do Fitness”, bem como avaliar as implicações desse sistema para o trabalho do professor de Educação Física.	Conclui que o sistema impacta a organização do trabalho interno às academias, tanto na comercialização como na concepção de um novo modelo de gestão, desqualificando a atividade do professor de Educação Física.
Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativas - proposições - argumentações.	KUNZ, E. et al.	Apontar e analisar as consequências que as mudanças curriculares causaram nas novas diretrizes para cursos de graduação em EF; Causadas pela intenção de tornar a profissão liberal;	Analisa o tema juntamente com o neoliberalismo e sua implicância na liberação da profissão.
História da educação: da antiguidade aos nossos dias,	MANACORDA, M. A.	Relatar a história da educação desde o seu surgimento (com registros de tal surgimento) e como	Relação entre as mudanças da educação com as mudanças da

		sofreu modificações durante o tempo;	economia e da sociedade.
O impacto do Toyotismo sobre educação e trabalho no capitalismo mundializado	MORAES, L. C. G. O	Relata a interferência do toyotismo – ideologia do capitalismo – sobre a educação e o trabalho.	Parâmetros sociais, histórico, culturais e principalmente econômicos de impactos causados pelo Toyotismo.
Mundo do trabalho, formação de professores e conselhos profissionais / O mundo do trabalho e o reordenamento da educação física brasileira	NOZAKI, H. T.	Expor os conceitos sociais do trabalho, formação de professores e formação de conselhos profissionais que buscam, impactados pelo capitalismo, as profissões liberais / Expor a reordenação da EF brasileira com bacharéis, conselhos, órgãos e diretrizes.	Relação das mudanças econômicas e sociais com a educação e a nova organização da EF na perspectiva da globalização.
Dispensa nas aulas de Educação Física no Ensino Médio: Legalidade e legitimidade.	NUNES, F. S.	Questionar motivos que levam escolas a dar dispensa para alunos do Ensino Médio das aulas de EF;	Referencial teórico em torno da LDB;
Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física: resistência contra a ofensiva neoliberal aos trabalhadores.	PERGHER, E. G. et al.	Sistematização da luta contra a regulamentação do profissional da educação física; relatos da origem e ações realizadas pelos militantes do movimento.	Exposição que relaciona a EF com a sociedade / economia.
Profissional de Educação Física no segmento fitness: reflexões a partir da categoria trabalho	QUELHAS, A.	Categorizar teorias sobre trabalho acerca do marxismo; refletir a profissão de EF no segmento fitness.	Exploração do trabalho produtivo pelo capital.
Jogando com símbolos: Notas para uma antropologia da regulamentação da profissão de Educação Física	SAUTCHUK, C. E.	Analisar a regulamentação da profissão de EF com ênfase nos discursos políticos.	Articulação dos discursos de convencimento acerca da regulamentação.

História das ideias pedagógicas no Brasil	SAVIANI, D.	Exibir toda a história da educação brasileira e narrar suas origens até a atualidade.	Desde a educação indígena brasileira. Como sofreu mudanças e novas perspectivas ao longo do tempo.
Educação Física e os mercados de trabalho no Brasil: quem somos, onde estamos e para onde vamos?	SCHERER, A.	Relatar sobre a EF no mercado de trabalho brasileiro; histórico e futuro.	Passado, presente e futuro; o que pode acontecer com a profissão, que sofre alterações em regulamentações de acordo com o mercado de trabalho atuante.
Mudanças no mundo do trabalho e implicações para Educação Física: análise da produção científica	SILVA, B. F., BRITO, E. S.	Análise da mudança no trabalho e o que implicou na profissão de EF entre 1980 e 2000.	Analisou produções científicas sobre o tema no tempo determinado.
Diretrizes curriculares da Educação Física: reformismo e subordinação ao mercado no processo de formação	VERONEZ, L. F. C., LEMOS, L. M., MORSCHBACHER, M., BOTH, V. J.	Demonstrar reformas na década de 90 que intencionaram modificar a educação e reformar o processo de formação;	Impacto do reformismo na EF.